



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito (14.12.2018), às dez horas e trinta minutos (10h30min), no Auditório Emival Guimarães Sanches, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a Sessão Solene de Posse do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins. Compareceram ao ato os Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães, Presidente em exercício, José Omar de Almeida Júnior, Alcir Raineri Filho, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, João Rodrigues Filho, José Demóstenes de Abreu, Ricardo Vicente da Silva, Marco Antonio Alves Bezerra, José Maria da Silva Júnior, Jacqueline Borges Silva Tomaz e Ana Paula Reigota Ferreira Catini. Registrou-se a ausência justificada da Dra. Elaine Marciano Pires. Além dos Procuradores de Justiça, compuseram a mesa de honra as seguintes autoridades: Sr. Mauro Carlesse, Governador do Estado do Tocantins; Deputada Estadual Luana Ribeiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins; Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, Corregedor-Geral de Justiça, representando o Desembargador Eurípedes Lamounier, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Conselheiro Fábio Bastos Stica, Membro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Murilo da Costa Machado, Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins; Sra. Cinthia Ribeiro, Prefeita de Palmas; Dr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, representando os Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público brasileiro; Conselheiro Severiano Costandrade, Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP; e Dr. Walter Ohofugi Júnior, Presidente da OAB – Seccional Tocantins. Constatou-se, ainda, as presenças de diversas outras autoridades, membros e servidores do *parquet*, além de familiares e amigos do empossando. A Presidente em exercício declarou aberta a sessão solene e, em seguida, ouviu-se o Hino Nacional Brasileiro. Dando prosseguimento, concedeu-se a palavra ao Dr. Ricardo Vicente da Silva, Secretário, para a leitura do **Termo de Posse** do **Dr. José Omar de Almeida Júnior**, reconduzido e nomeado para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, em conformidade com os artigos 10 e 20, inciso XIII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, e com o Ato Governamental nº. 1.529-NM, publicado no Diário Oficial nº. 5.229, de 31 de outubro de 2018. O respectivo termo restou assinado pelo

empossando e por todos os Membros do Colegiado. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao Dr. Walter Ohofugi Júnior, Presidente da OAB – Seccional Tocantins, que, em nome da advocacia tocantinense, parabenizou o empossado, desejando-lhe sucesso nesta nova jornada. Afirmou que o Ministério Público, no Estado Democrático de Direito, exerce um papel primordial e, juntamente com a Advocacia e o Poder Judiciário, deve percorrer o caminho do devido processo legal. Frisou ainda que a OAB estará sempre presente na pauta da Cidadania, sobretudo no combate à corrupção e na busca pela redução das desigualdades. Na sequência, o Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da ATMP, teceu as seguintes considerações: 1) em nome da classe, agradeceu ao Governador Mauro Carlesse pela nomeação do candidato a Procurador-Geral de Justiça mais votado, um ato que demonstra o compromisso com a democracia e o respeito à Instituição do Ministério Público; 2) destacou que a Carta Cidadã de 1988 posicionou o Ministério Público como um autêntico agente de transformação social, cidadela avançada na proteção dos direitos individuais indisponíveis e dos direitos coletivos em sentido amplo, tornando-o destaque no Sistema de Justiça; 3) consignou que os 122 (cento e vinte e dois) membros e os servidores do *Parquet* estão empenhados em cumprir a missão constitucional que lhes foi confiada, como bem demonstra a evolução dos números da atuação do MPTO do ano de 2016 para o de 2017, conforme dados oficiais do CNMP; 4) ressaltou que, para exercer fielmente as atribuições constitucionais, tão relevantes à sociedade, é preciso que o Ministério Público seja forte, independente e combativo; 5) lamentou que o Órgão Ministerial venha sendo alvo de ataques, por meio de diversos projetos de lei que tramitam no Parlamento Nacional, visando limitar a atuação das instituições do Sistema de Justiça, principalmente do Ministério Público; 6) disse ter certeza de que a sociedade não aceitará nenhuma forma de retrocesso na atuação ministerial e sempre defenderá as suas prerrogativas, pois tem ciência de que enfraquecer o Ministério Público significa fragilizar o seu principal defensor; 7) não obstante esse cenário de desafios, afirmou ter plena confiança na capacidade do Procurador-Geral de Justiça enquanto gestor e articulador, pois, em momentos turbulentos, agindo de forma enérgica, não permitiu que fatos externos interrompessem os trabalhos da Instituição; 8) destacou a vasta experiência e o comprometimento do empossado com o *Parquet*, tendo ingressado na carreira há mais de 28 (vinte e oito) anos e já exercido a chefia da Instituição por dois mandatos consecutivos, culminando em sua escolha para, mais uma vez, prosseguir à frente deste Órgão; 9) reiterou sua confiança no Dr. José Omar para que, juntamente com a ATMP,

continue a se empenhar na busca da aprovação, na Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei que permite aos Promotores de Justiça concorrerem ao cargo máximo da Instituição, iniciativa avalizada pela associação e pelo Colégio de Procuradores de Justiça; 10) desejou ao empossado sucesso e resultados ainda melhores em prol da população do Estado do Tocantins; e 11) parabenizou os membros e servidores pelo Dia Nacional do Ministério Público, exaltando sua atuação de forma vibrante e destemida na defesa da sociedade. Por último, o Dr. José Omar de Almeida Júnior, Procurador-Geral de Justiça empossado, agradeceu a todos pela presença e proferiu seu pronunciamento, ora registrado, de forma resumida: 1) há exatos 22 (vinte e dois) anos, em 14/12/1996, fazia o compromisso de bem servir ao povo tocantinense ao assumir o primeiro mandato enquanto Procurador-Geral de Justiça; 2) conduzir os destinos do Ministério Público estadual constitui aspiração natural dos integrantes de seu quadro e corresponde a uma distinção sem igual, além de um enorme aprendizado; 3) neste sentido, pede vênias para fazer um apelo, à Assembleia Legislativa, a fim de que seja aprovada a modificação legislativa que permita aos Promotores de Justiça concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, justa e antiga reivindicação da categoria; 4) foi eleito para o primeiro mandato à frente da Instituição na condição de Promotor de Justiça de 2ª Entrância; 5) a presente data, em que se comemora o Dia Nacional do Ministério Público, é o momento de reafirmar o compromisso com a sociedade tocantinense, destinatária final dos serviços do *Parquet*, pois o MPE constitui uma instituição verdadeiramente comprometida com a população deste Estado, imbuída do propósito de atuar como guardião da cidadania; 6) é inadmissível, sob a ótica desta Instituição, compactuar com a triste realidade nos dias atuais e assistir impassível, Brasil afora, a um “mar” de crianças necessitadas, idosos desamparados, doentes sem assistência médica condigna, índices alarmantes de violência contra a mulher, desrespeito aos direitos humanos, famílias sem teto, abandono e descaso para com o bem público e tantas outras mazelas; 7) é tarefa constitucional do Ministério Público trabalhar para mudar essa realidade, como já vem sendo feito; 8) o caminho da satisfação dos interesses puramente pessoais e imediatos é tortuoso e só conduz ao fracasso; 9) uma postura responsável perante os deveres coloca a Instituição frente a frente com os dramas da sociedade e a impulsiona a defendê-la; 10) não há outro caminho para o engrandecimento da Instituição senão aquele do cumprimento dos seus deveres constitucionais, pois, além de guardião do regime democrático, a Constituição de 1988 conferiu ao Ministério Público a defesa do cidadão, como verdadeiro

“sentinela”, com olhos voltados à vigilância da boa prestação dos serviços públicos; 11) o exercício das atividades ministeriais deve ser realizado com coragem, determinação, altivez, destemor e retidão, porém sempre com respeito e serenidade, buscando uma convivência harmoniosa com todos os Poderes Constituídos e demais instituições, pois o Ministério Público é parceiro na busca pelo bem comum e de uma sociedade mais justa, onde todos tenham oportunidades iguais, sem qualquer tipo de discriminação; 12) deve o Ministério Público, ainda, se relacionar com o Poder Executivo, centro de toda atividade estatal no amplo raio dos aspectos decisórios; 13) não menos respeitoso deve ser o relacionamento com o Poder Legislativo, epicentro de todas as reivindicações do cidadão tocantinense; 14) da mesma forma deve ser o trato com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Polícias e Advocacia, todos parceiros de primeira hora na busca da Justiça e da paz social; 15) para cumprir os amplos deveres constitucionais, é preciso aperfeiçoar a gestão institucional, incorporando modernas técnicas de governança às atividades do MPE, em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional do Ministério Público; 16) nesta perspectiva, será elaborado um plano estratégico que olhará para os horizontes do Estado, balizando a atuação do MPE entre os anos de 2020 e 2028; 17) de caráter mais imediato, orientar-se-á por um plano de melhoria de gestão, a ser elaborado no próximo mês de fevereiro, com a contribuição de membros, servidores e associações; 18) nesta caminhada de 22 (vinte e dois) anos, desde o primeiro mandato à frente da Instituição, ou de 42 (quarenta e dois) anos de atuação ministerial, iniciados ainda no Ministério Público do Estado de Goiás, nem tudo foram flores, espinhos em doses generosas também existiram, boa parte advindos de autoridades públicas que, em face do radicalismo, dos gracejos, do escárnio e do desrespeito, afrontaram à Instituição e seus valorosos membros; 19) porém, ao longo dos anos, cultivou a fraternidade e o exercício do perdão, tais como os ensinamentos do Conselheiro Orlando Rochadel Moreira, Corregedor Nacional do Ministério Público, que esteve recentemente neste *Parquet*, para quem “*devemos sempre cultivar o amor, o respeito e a fraternidade*”; 20) agradeceu ao Governador do Estado, Mauro Carlesse, por depositar-lhe toda a confiança para conduzir os destinos desta Instituição, ainda mais tendo a opção da escolha dos nomes de brilhantes e valorosos colegas, os Procuradores de Justiça Alcir Raineri Filho e José Demóstenes de Abreu; 21) agradeceu a Deus, justo e misericordioso, a quem rende sua humilde gratidão por haver lhe dado mais esta oportunidade; aos amigos, que contribuíram para que este ideal se fizesse realidade; aos presentes e ausentes; aos seus pais, por terem

lhe proporcionado, ao longo da vida, a formação ética que tornou isso possível; aos seus familiares e muito especialmente à mulher da sua vida, Marília Piccolo, que tem o acompanhado na trajetória da existência, sem o apoio da qual nada seria realidade; e aos seus filhos e neto, que lhe propiciam a felicidade necessária para a superação de todos os obstáculos e dificuldades; e 22) pediu a compreensão de todos os convidados em razão de, ao término desta solenidade, o MPE não os recepcionar com um coquetel, conforme tradicionalmente vem sendo feito, em face não apenas do momento financeiro delicado do Estado, mas principalmente para sinalizar uma nova tendência, uma cultura de economicidade e parcimônia com os gastos públicos, exteriorizando a todos um rigoroso e criterioso controle de gastos, priorizando as despesas da Procuradoria Geral de Justiça com sua área finalística, qual seja, a prestação de serviço de excelência ao cidadão tocantinense. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às onze horas e trinta minutos (11h30min), do que, para constar, eu, _____, Ricardo Vicente da Silva, Secretário, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

José Omar de Almeida Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini